

“(…) aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas (...)”. (MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Trad. Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008, p. 1080)

“A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista APARECE como uma ‘enorme coleção de mercadorias’, e a mercadoria individual como sua forma elementar. Nossa investigação começa, por isso, com a análise da mercadoria”. (Livro I, p. 113)

Quem nos alerta para a utilização da expressão APARECE é David Harvey (Em seu “Para entender o capital – Livro I”): “A palavra aparece surge duas vezes nessa passagem e, evidentemente, ‘aparece’ não é o mesmo que ‘é’. A escolha dessa palavra - e fique atento a isso, porque Marx faz um uso abundante dela ao longo d’*O Capital* – indica que uma coisa diferente acontece por trás da aparência superficial” (p. 25)

Esta ilação é importante, na medida em que: a riqueza do capitalismo apenas aparece como uma enorme coleção de mercadorias. No entanto, atrás desta aparência, há a essência: a riqueza do capitalismo não se expressa pela enorme coleção de mercadorias (mas sim pelo valor trabalho). No entanto, é importante que as pessoas não notem que o valor trabalho é que compõe a riqueza do capitalismo. É importante ainda que elas permaneçam não ilusão (aparência) de que a riqueza do capital é essa “enorme coleção de mercadorias”. Este caráter ilusório não se encontra nos clássicos da economia política, que relevam o valor trabalho para a construção de suas teorias, mesmo antes de Marx, mas não trabalham com ele como se tratasse de uma relação entre essência e aparência – e mais ainda não se preocupam com o caráter fetichista da mercadoria.

E pior ainda é importante, ainda, que a mercadoria individual pareça ser a sua forma elementar. No entanto, como se verá adiante, a forma elementar da sociedade capitalista não é a mercadoria individual, mas a sua consideração como um fenômeno social que tem na sua coletivização (ou melhor a sua difusão) a melhor maneira de entender o fenômeno do capitalismo.

Esse jogo de essência e aparência oculta na relação entre o seu valor de uso e o seu valor de troca irá desembocar, no fim do capítulo, no que Marx chamou do “caráter fetichista da mercadoria e seu segredo” (este o seu primeiro grande diferencial dos clássicos). Trata-se de conceito chave para a construção do pensamento marxista ou, como lembra Harvey (ob. cit., p. 46): “No restante d’*O Capital*, como veremos, o conceito de fetichismo aparece várias vezes (em geral, mais implícita do que explicitamente) como ferramenta essencial para desvendar os mistérios da economia política capitalista. Por essa razão, considero o conceito de fetichismo fundamental tanto para a economia política como para o argumento de Marx em seu conjunto”

Nesta dialética entre valor de uso e valor de troca, Marx constrói o seu método, a partir da dialética hegeliana, e desvenda o primeiro grande mistério do capital: as mercadorias não são a riqueza do capital, que busca esconder que a sua verdadeira riqueza reside, como se verá, na exploração do trabalho. O capital não se explica pela mercadoria particular, mas pelo conjunto de mercadorias. Não se explica essencialmente pelo trabalho concreto, mas por sua passagem

para o trabalho abstrato: como se verá adiante sobre a sua importância na mensuração dos trabalhos como iguais.

Isto somente ficará claro da relação estabelecida na dualidade entre valor de uso e valor de troca. Esta dualidade que se comunica como duas janelas. Marx passa de uma janela para outra e vai estabelecendo a relação dialética, na perspectiva não das ideias, mas no plano dos fatos sociais, como indispensável para a construção de seu pensamento. A respeito da figura da janela e da passagem de uma para outra veja-se a excelente obra de Harvey “The limits to capital” (no ponto específico referente ao valor de uso e valor de troca parece-me muito mais claro do que “Para entender o capital” – que, em alguns instantes, mais confunde do que explica – veja-se a edição inglesa da Verso de 2006 das páginas 1 a 24).

NO ENTANTO, antes de começar a fazer a passagem de janela para janela, pretendo deixar algumas coisas claras:

- 1) Os clássicos, por não usarem a dialética (e mais especificamente o materialismo histórico-dialético) tendem a naturalizar a liberdade de mercado e colocá-la como eterna, nunca a partir de determinações históricas. Logo, embora consigam perceber a importância do valor-trabalho, não conseguem situá-lo a partir de uma relação de produção específica, observadas certas condições decorrentes da relação valor de uso/ valor de troca. O método de Marx permitirá que possamos criar um status relacional entre ambos os conceitos, situando-os a partir da relação estabelecidas entre as forças produtivas e as relações de produção (dando a exata noção do modo de produção – que, segundo José Paulo Netto - “Economia política – uma introdução crítica” – que decorre exatamente da “articulação entre forças produtivas e relações de produção” (p. 72)”. Por não partirem da dialética hegeliana, promovem uma estaticidade no pensamento, fazendo com valor de uso e valor de troca são noções históricas, naturalizando e eternizando as causas e consequências (o capitalismo é eterno, por exemplo). Pela partida hegeliana, estabelecendo uma lógica dialética entre valor de uso e de troca, além dos próprios conceitos intrínsecos a ambos, Marx vai mais longe. E vai mais longe ainda do que Hegel ao introduzir nesta dialética as noções de trabalho concreto e trabalho abstrato. Estas noções, a meu ver, é que representam, pelo menos na parte analisado, um avanço no pensamento hegeliano e na economia clássica.
- 2) Assim, a economia clássica (veja-se em especial Adam Smith, já David Ricardo avança neste ponto um pouco, mas não na mesma medida de Marx), a despeito de entender a importância do valor-trabalho, não raro opera nas aparências: por exemplo, relevando análises a partir de conceitos como preço (veja-se, por exemplo, o capítulo 7, chamado do “preço natural ou do preço de mercado das mercadorias” constante do Livro I da obra “Riqueza das nações” de Smith) ou oferta e procura. Esta mesma inversão é percebida em escolas econômicas mais atuais, que deixam a produção e passam a operar na circulação de mercadorias. Em que mais importante do que entender o trabalho no processo de produção de valores de uso e de troca, passa a deslocar a análise para a circulação das mercadorias, destacando a importância, para uma

suposta teoria do valor (que parece mais uma teoria de preço embutida de um discurso de valor). Assim, se dá com a teoria marginalista. A respeito destacamos a seguinte passagem da obra “O capital e suas metamorfoses” de Luiz Gonzaga Beluzzo:

“No livro Valor e capitalismo, cuidei dos fundamentos da chamada Revolução Marginalista. A revolução de Stanley Jevons, Karl Menger e Leon Walras procurou subverter os alicerces da economia política, abandonando a investigação sobre as leis do movimento capitalista, para postular condições de equilíbrio no processo de troca. O ataque marginalista incidiu, desde logo, sobre a teoria do valor-trabalho, que explicava a forma-valor dos produtos a partir das relações entre produtores independentes, para se fixar no conceito de utilidade, que realça as relações entre indivíduos e bens escassos.

Na realidade, privilegiar a utilidade como fundamento do valor significa remeter todo o peso da constituição da sociedade às preferências individuais, de modo que a troca apareça como um derivação dessas preferências” (p. 38)

“É comum entre os comentadores da teoria da utilidade marginal a afirmação de que ela fundamentalmente deslocou a ênfase das condições de produção para a esfera do intercâmbio de valores de uso. Ora, a questão colocada nesses termos só obscurece a compreensão de que a ideia de utilidade como fundamento do valor supõe a existência de relações entre os indivíduos, mas começa exatamente por prescindir delas.

De fato, para que a utilidade tenha um significado não ambíguo é necessário resgatar o indivíduo de suas relações com os demais, o que implica concebê-lo de uma forma inteiramente ‘natural’, como um complexo de necessidades em contraposição a recursos escassos. Shackle definiu o valor como a ‘sombra do comportamento’, colocando a questão nesses termos: ‘o valor surge da possibilidade de troca. Até que uma coisa possa ser possuída, em detrimento da outra, não surge o problema de se determinar a equivalência entre ambas’” (p. 38 e 39).

Esta versão “procura apresentar o ser racional, calculador e egoísta como fundamento da sociedade, definida como a agregação dos indivíduos atomizados. São naturais e, portanto, incontornáveis as leis que induzem todo indivíduo à troca e o submetem ao veredicto da concorrência, ao julgamento impessoal e imparcial do mercado, entendido como lócus de conciliação de egoísmos privados. A racionalidade individual é um pressuposto metodológico da corrente dominante, necessária para apoiar a construção do mercado como servomecanismo capaz de conciliar os planos individuais e egoístas dos agentes. Quando esse pressuposto está ameaçado por alguma evidência lógica ou empírica que o contraria, diz Lawrence Boland, os teóricos neoclássicos frequentemente empregam argumentos ad hoc para rechaçar qualquer crítica; assim a crítica da hipótese da maximização da utilidade pelos indivíduos racionais tem, antes, de enfrentar o método da economia neoclássica e não o próprio pressuposto” (p. 40)

“Os economistas da corrente dominante tiveram o sucesso na empreitada de ‘renaturalizar’ os nexos monetários e mercantis e apresentá-los como condições

necessárias e suficientes para se alcançar simultaneamente a liberdade, a igualdade e a fruição da máxima utilidade para todos. A operação ideológica promove a identificação do capitalismo ao mercado, à liberdade do contrato e à desempedida circulação de mercadorias, incluída a força de trabalho”. (p. 42)

- 3) Cuidado com a “leitura crítica” que alguns alunos acreditam estar fazendo de Marx. Na realidade, estão criticando o que não pararam para entender. É melhor que gastem mais tempo entendendo e menos criticando. No entanto, dá para entender os alunos estão trabalhando com categorias hoje existentes para criticar Marx. Na leitura de Marx, há primeiro uma resistência sentimental, junto com uma resistência determinada pelo “sempre já dado” (ler Marx com categorias diferentes daqueles das quais tratou, como se fosse um porta-voz da economia política do século XVIII e XIX ou como se fosse um economista vulgar do século XX e XXI). Cuidado com perguntas como: confundem valor com preço do trabalho, salário com preço do trabalho, tempo de trabalho socialmente necessário com outras coisas ... e assim por diante). Na realidade, sem perceber (e é assim mesmo) estão com a mente obnublada pelo fetiche da mercadoria – como o estavam os clássicos ou como se encontram, mais ainda, os vulgares. Um exemplo desta forma de pensar em Smith (“Riqueza das nações”):

“Ao trocar a manufatura toda por dinheiro, trabalho, ou por outros bens, muito acima do que pode ser suficiente para pagar o preço dos materiais, e os salários dos trabalhadores, algo deve ser dado pelos lucros do empreendedor do trabalho, que arrisca estoques nesta aventura” (p. 32)

“Neste estado de cousas, todo produto do trabalho nem sempre pertence ao trabalhador. Ele deve, na maioria dos casos, dividi-lo com o proprietário do estoque, que o emprega. Nem a quantidade de trabalho comumente empregada ao adquirir ou produzir qualquer mercadoria, a única circunstância que pode regular a quantidade que deveria comprar, ordenar, ou trocar. A quantidade adicional, é evidente, deve ser devida para lucros do estoque que adiantou os salários e forneceu os materiais do trabalho” (p. 33)

“Em todos os ofícios e manufaturas, a maior parte dos trabalhadores fica necessitada de um patrão que lhes adiante os materiais de seu trabalho, e seus salários e manutenção, até que seja completado” (p. 44)

Assim, a despeito de entender o valor-trabalho como categoria central (assim como ocorre com a economia política em geral), o arranjo dos fatores de produção pela capitalista é o centro das construções (liberalismo) e não o trabalho exercido pelo trabalhador. Portanto, é fácil entender como outros elementos como preços, juros,

comércio internacional, oferta e procura possam ser tão importantes nas análises feitas pela economia política (ficando em relevo mesmo quando cotejadas com o valor-trabalho). Isso não se dá porque a economia política despreza o valor-trabalho como fundamental à sua construção, mas, talvez, porque, ao desprezar as relações dialéticas e históricas entre valor de uso e valor de troca, acabe por incidir nas armadilhas decorrentes do fetiche da mercadoria. No entanto, não deve-se deixar de destacar o caráter revolucionário da economia política destacado por José Paulo Neto (“Economia Política – uma introdução crítica”), que conseguiu persistir até meados do século XIX, em vista da colocação do valor-trabalho no centro de suas preocupações – o que não se realiza de forma plena pelo fato de estar envolvida por uma análise fetichista da mercadoria. Em Smith isto fica claro (Idem, p. 50):

“A recompensa liberal do trabalho, portanto, é o efeito necessário e sintoma natural do aumento da riqueza nacional. A pouca manutenção do trabalhador pobre, por outro lado, é sintoma natural de que as coisas estão num impasse, e sua condição faminta, de que estão indo rápido para trás” ou “Este aperfeiçoamento das condições das classes inferiores do povo deve ser visto como vantagem ou inconveniência para a sociedade? A resposta, à primeira vista, parece abundantemente simples. Servos, trabalhadores, e operários de vários tipos, formam a grande maioria de toda grande sociedade política. Mas o que melhora as circunstâncias da maioria nunca pode ser visto como inconveniência para o todo. Nenhuma sociedade pode estar florescendo e feliz, na qual a maioria de seus membros está infeliz e miserável” NO ENTANTO “É apenas equidade, além do mais, que aqueles que alimentam, vestem e alojam todo o corpo do povo, tenham tal fração do produto de seu próprio trabalho de modo que eles mesmos fiquem toleravelmente bem alimentados, vestidos e alojados”. O trabalho, por si só, não cria valor, já que depende, acima de tudo, do caráter empreendedor dos capitalistas. O caráter fetichizante da mercadoria se encontra completo aqui no humanismo liberal de Smith.

Feitas as ressalvas anteriores, nos sentimos aptos agora a analisar a relação dialética, materialista e histórica do valor de uso e do valor de troca.

Já de início destacamos que estão sendo considerados, por Marx, como os dois fatores da mercadoria (que será estudada para se retirar a ilusão em torno dela como a verdadeira geradora da riqueza do capitalista – coisas como o empreendedor de Smith -, além de tirar do seu caráter individual a aparência de seu fator mais importante).

Inicialmente, há que se analisar os títulos atribuídos à seção I, capítulo I, item 1.

Na edição original em alemão, encontramos para primeira seção o título “Ware und Geld”, ou seja, “Mercadoria e dinheiro”.

As edições brasileiras da Boitempo e da Civilização Brasileira preservam na integralidade, e nos mesmos moldes, o que vem do original.

O mesmo se dá na edição em língua inglesa da Penguin (“Commodities and Money”). O interessante apenas é que, ao invés da utilização da palavra “good” (mercadoria em inglês) optou-se por commodities (que, embora possa ser traduzido como mercadoria - equivalendo a good -, no Brasil, em geral, é utilizado para designar bens primários).

Na edição francesa da Gallimard, preserva-se o original com o uso das palavras “Marchandise et monnaie”.

Na edição espanhola da Akai, o mesmo ocorre com o uso dos termos “Mercancia y dinero”.

A coisa começa a ficar um pouco diferente, quando as mesmas edições irão discorrer sobre a Mercadoria (Capítulo I), quando tratamos do item I (que menciona os dois fatores da mercadoria).

No original, o item I aparece como “Die Zweit Faktoren der Ware: Gebrauschswert und wert (wertsubstanz, Wertgröße)”. Aqui teríamos alguma coisa como: “Dos dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância ou essência do valor)”. Percebe-se primeiro a preferência por uma linguagem essencialmente econômica (ou da matemática a que ela se liga) pela escolha da expressão fator (ver se esta apreciação se suporta pela língua alemã ou se, ali, fator tem conotação geral de características, aspectos). Isto seria importante para verificar se, desde o início, Marx se propõe a deixar claro que está enfrentando os economistas, opção que sem redundar num economicismo barato de “O Capital”, indica o espaço de enfrentamento preferencial.

Edições brasileiras: Da civilização brasileira : “Os dois fatores da mercadoria: valor-de-uso e valor (substância e quantidade do valor);

Boitempo: “Os dois fatores da mercadoria: valor de uso e valor (substância, grandeza do valor).

Interessante que a primeira deixa claro que estamos falando, em relação especificamente ao valor e não ao valor de uso, de duas qualidades a serem tratadas do valor (substância e a outra a quantidade do valor); a segunda, mais literal, coloca as duas, aparentemente, no mesmo patamar substância, grandeza do valor. Prefiro a segunda, para se entender o valor como forma do valor de troca. Aliás, a sucessão, sem qualquer aditivo, vem na versão da Boitempo.

Não há, ainda, qualquer referência a valor de troca, preservando-se o original. A pergunta: ao não falar no original, respeitado por várias traduções como veremos abaixo em valor de troca, o valor de troca não é a própria essência, substância, grandeza da mercadoria no capitalismo? Não fala em uma sociedade ideal, mas estuda a substância da mercadoria que é o próprio valor de troca no capitalismo? Diferente de autores como Rawls que falam da sociedade ideal para se alcançar a justiça como equidade, por exemplo? Isto não seria o científico de Marx?

Na edição inglesa, temos a mesma redação da edição da Boitempo. Senão vejamos: “The two factors of the commodity: use-value and value (substance of value, magnitude of value)”.

O mesmo não se dá, no entanto, nas edições francesa e espanhola em que valor é equiparado a valor de troca – expressão que não aparece sequer no original.

No entanto, faz sentido, como se verá no restante do texto, a mercadoria somente tem dois fatores : valor de uso e valor (valor de troca). Não haveria sentido um terceiro fator não enunciado por Marx. Mais do que isso valor é a substância do valor e, ao mesmo tempo, a sua grandeza. Sendo importante esta questão para a mensuração igual do trabalho abstrato parece-me correta a assertiva de Flávio de que o valor é a forma do valor de troca.

Logo, o valor que irá importar essencialmente a Marx para a criação de sua teoria, tendendo a explicar o capitalismo, já que enquanto valor de uso é da essência de qualquer mercadoria em qualquer sistema, o valor de troca é o fator substancial, essencial da mercadoria no capitalismo. Por isso valor (essência, substância do valor ou sua grandeza). Isso também explica a ciência criada por Marx a partir do materialismo histórico-dialético. Há uma verdadeira transformação da lógica clássica aristotélica : a essência não é aquilo que se apresenta como essência (o valor de uso que é como se reconhece imediatamente o visível da mercadoria, não, na realidade do capitalismo, é a essência do objeto mercadoria. A essência está nas determinações materiais dadas pelo valor de troca). Nesse ponto, nos parece que Althusser tem razão quanto ao aspecto científico do materialismo-histórico dialético. O que, no entanto, não redundaria necessariamente em positivismo marxista, como se verá no momento oportuno. Há que se tomar cuidado também com a explicação de Harvey, que faz parecer que, além de valor uso e valor de troca, há um terceiro fator da mercadoria chamado fator (VER MELHOR EM HARVEY)

Tradução espanhola: “Los dos factores de La mercancia: valor de uso y valor de cambio o valor propriamente dicho (Sustancia del valor. Magnitud del valor).

Tradução francesa: “Les deux facteurs de La marchandise: valeur d’usage et valor d’échange ou valeur proprement dite (substance de La valeur, grandeur de La valeur).

NO ENTANTO, O PRÓPRIO ORIGINAL PASSA A ADOTAR A EXPRESSÃO TAUSCHWERT LOGO NO INÍCIO DO ITEM 1, NA P. 50, FINAL DO SEGUNDO PARÁGRAFO: “In der Von uns zu betrachtenden Gesellchatsform bilden sie zugleich die stofflichen Träger des – Tauschwertes”.

E logo após: “Der Tauschwert erscheint zunächst als das quantitativer Verhältnis ...”

E tauschwert é exatamente valor de troca.

PARTES DE HARVEY QUE CASAM COM ALGUMAS OBSERVAÇÕES ANTERIORES:

“(...) Note também que Marx está preocupado **exclusivamente** com o modo de produção capitalista. Ele não se ocupa com os modos antigos de produção, com os modos socialistas de produção ou mesmo com os modos híbridos, **apenas com o modo de produção em forma pura.**” (p. 25 e 26, com grifos nossos).

VER COMO O AUTOR PARECE TRABALHAR COM UM CARÁTER TRIPLO DO VALOR – P. 32 – como se houvesse um valor, um valor de uso e um valor de troca. O mesmo se dá na seguinte passagem de p. 34: “Na análise que se segue, estes três conceitos – valor de uso, valor de troca e valor – são mantidos numa relação contínua e, às vezes, tensa entre si”. Mas como esses três conceitos, se há apenas dois fatores na mercadoria como se percebe do item 1 (valor de uso e valor – que, nas traduções espanhola e francesa, é equiparado ao valor de troca).

“Até aqui, a história pode ser resumida assim: Marx declara que seu objetivo é desvendar as regras de operação de um modo de produção capitalista. Ele parte do conceito de mercadoria e imediatamente estabelece seu caráter duplo: valor de uso e valor de troca. Como os valores de uso sempre estiveram a nossa volta, eles dizem pouco sobre a especificidade do capitalismo. Portanto, Marx os deixa de lado a fim de estudar os valores de troca. À primeira vista, a razão de troca entre mercadorias parece acidental, mas o próprio ato de troca pressupõe que todas as mercadorias têm algo em comum, algo que as torna comparáveis e comensuráveis. Esse caráter comum das mercadorias, como afirma Marx enigmaticamente, é o fato de serem todas produto do trabalho humano. Como tal, elas incorporam ‘valor’, definido de início como o trabalho (médio) socialmente necessário para produzi-las em dadas condições de produtividade. Mas, para que o trabalho seja socialmente necessário, é preciso que alguém, em algum lugar, queira, necessite ou deseje a mercadoria, o que significa que o valor de uso tem de ser reintroduzido no argumento” (p. 34).

Explicar a relação dialética, de janela em janela.

Explicar valor de uso/trabalho concreto. CONCEITOS EM MARX.

“Descobrir (...) as diversas formas de uso das coisas é um ato histórico. Assim como é um ato histórico encontrar as medidas sociais para a quantidade das coisas uteis”. É IMPORTANTE A EXPRESSÃO MEDIDAS DAS COISAS PARA ENCONTRAR A QUANTIDADE DAS COISAS UTEIS.

“A utilidade de uma coisa faz dele um valor de uso” (p. 114) “São suportes materiais do valor de troca” (p. 114).

“O valor de troca aparece inicialmente como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de um tipo são trocados por valores de uso de outro tipo, uma relação que se altera constantemente no tempo e no espaço” (p. 114)

(...) “Disso se segue, em primeiro lugar, que os valores de troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual. Em segundo lugar, porém, que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a forma de ‘manifestação’ (Erscheinungsform) de um conteúdo que dele pode ser distinguido” (p. 115)

Na realidade, estamos diante de uma troca de equivalentes: “Do mesmo modo, os valores de troca das mercadorias têm de ser reduzidos a algo em comum, com relação ao qual eles representam um mais ou um menos” (p. 115)

A relação inicial é feita a partir de valores de uso, das utilidades das mercadorias. Mas isto é a aparência, já que a essência das medidas não é a corporificação de um número de mercadorias e outro número correspondente. O que realmente deve ser considerado é fato comum de todos os produtos serem produtos de trabalho.

Somente a medição do trabalho gasto poderá determinar esta igualdade. Esta medição não pode ser feita no trabalho concreto aplicado na produção de utilidade para uma determinada coisa, a medição será genérica e se dará no plano da abstração, do trabalho concreto. Somente neste plano os trabalhos poderão ser considerados iguais, já que, individualizados, apresentam características que os diferenciam e nunca poderão se igualar. Diversamente, no plano do trabalho abstrato, é que se dará a mensuração de trabalhos iguais para a realização de uma mercadoria.

TRABALHO CONCRETO (SE ENCONTRA PORTANTO NO VALOR DE USO) E TRABALHO ABSTRATO (NA PERSPECTIVA DO VALOR DE TROCA): “Se abstrairmos seu valor de uso, abstraímos também os componentes (bestandteilen) e suas formas corpóreas que fazem dele um valor de uso. O produto não é mais uma mesa, uma casa, um fiou ou qualquer outra coisa útil. Todas as qualidades sensíveis foram apagadas. E também já não é mais o produto do carpinteiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Com o caráter útil dos produtos do trabalho desaparece o caráter útil dos trabalhos nele representados e, portanto, também as diferentes formas concretas desses trabalhos, que não se distinguem uns dos outros, sendo todos reduzidos a trabalho humano igual, a trabalho humano abstrato” (p. 116)

“Assim, um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Mas como medir a grandeza de valor? Por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é da quantidade de trabalho nele contida. A própria quantidade de trabalho é medida por seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, seu padrão de medida em frações determinadas de tempo, como hora, dia etc.” (p. 116)

Aqui devemos voltar ao prefácio da 1ª. edição: “O que pretendo nesta obra investigar é o modo de produção capitalista e sua correspondentes relações de produção e circulação” (p. 78)

Portanto, a medição de tempo é a forma de entender o processo de acumulação do capital, já que é a única medida que atua diretamente sobre a força de trabalho. É durante um dia que o trabalhador pode entregar a força de trabalho, logo a mensuração pelo tempo é a mensuração lógica para a exploração do trabalho do trabalhador, está dentro da racionalidade do capital. Por isso, a luta pela redução da jornada de trabalho é uma das mais importantes travadas pelo trabalhador contra a acumulação promovida pelo capital. É no tempo, independentemente do que faça com o seu tempo livre, que a possibilidade inicial e principal de criação da mais-valia (inclusive a mais-valia relativa, embora não diga respeito à jornada de trabalho, também implica aumento de exploração pela maximização do tempo por técnicas mais evoluídas ou métodos gerenciais mais eficientes, por exemplo).

“No entanto, o trabalho que constitui a substância dos valores é o trabalho igual, dispêndio da mesma força de trabalho humana. A força de trabalho conjunta da sociedade, que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como única força de trabalho humana, embora consista em inumeráveis forças de trabalho individuais” (p. 117) GELEIAS DE TRABALHO (P. 122).

TEMPO DE TRABALHO SOCIALMENTE NECESSÁRIO: “Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob condições normais para uma dada sociedade e com um grau médio de destreza e intensidade de trabalho”

“Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso”. (p. 119)

PARA EXPLICAR O VALOR DE TROCA USA OS DOIS POLOS DA EXPRESSÃO DO VALOR: FORMA DE VALOR RELATIVA E A FORMA DE EQUIVALENTE

A coisa não explica o seu valor por si, precisa de um igual, de um equivalente de um permutável. Ver a ideia hegeliana de em si e para si. Determinante e determinado. O determinando e determinado em Marx se faz pela mensuração de trabalhos iguais, que somente pode-se dar no trabalho abstrato. Esta a inovação do materialismo histórico e dialético. Histórico já que esta equivalência, igualdade do valor de troca, pela ideia de trabalho abstrato, é típico do capitalismo. A universalização desta igualdade dos trabalhos para identificar o valor de troca somente é possível na lógica da mercadoria do capital.

HEGEL, mais a perspectiva do materialismo histórico (introduzido pelo trabalho igual): “Quando o caso é equiparado ao linho como coisa de valor, o trabalho nele contido é equiparado com o trabalho contido no linho. Ora, a alfaiataria que faz o casaco é um tipo de trabalho concreto diferente da tecelagem que faz o linho. Mas a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria, de fato, àquilo que é realmente igual nos dois trabalhos, a seu caráter comum de trabalho humano. Por esse desvio, diz-se, então, que também a tecelagem, na medida em que tece valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, trabalho humano abstrato”. P. 128

Esta determinatividade da forma relativa é quantitativa por estarmos em trabalhos iguais, equivalentes. A forma é sempre relacional. Isso funciona para o capitalismo, já que deve haver igualdade na troca. Não pode se tratar de natureza qualitativa já que não estamos diante do trabalho concreto, mas do abstrato. Por isso a relação de igualdade se expressa pela medida de tempo de trabalhos iguais – a única forma de termos exatos na extração do mais valor.

VER A ESPETACULAR LIMITAÇÃO HISTÓRICA DO PENSAMENTO DE ARISTÓTELES, QUE NÃO PODERIA ESTABELECE A IGUALDADE PELO TRABALHO ABSTRATO EM VIRTUDE DO MODO DE PRODUÇÃO EM QUE ESTAVA INSERTO. ANOTAR QUE, ALÉM DA ECONOMIA CLÁSSICA, “O CAPITAL”, SEGUNDO HARVEY, ESTABELECE TAMBÉM COM OS FILÓSOFOS CLÁSSICOS GREGOS (P. 15 DE “PARA ENTENDER O CAPITAL”). VER P. 134 E 135 DE “O CAPITAL”:

“As duas peculiaridades por último desenvolvidas da forma de equivalente tornam-se ainda mais tangíveis se recorremos ao grande estudioso que pela primeira vez analisou a forma de valor, assim com tantas outras formas de pensamento, de sociedade e da natureza. Este é Aristóteles.

(AQUI FAZ UMA RELAÇÃO ENTRE DIVÃS E CASAS EM NÚMEROS E QUANTIDADES, ASSIM COMO ENTRE DIVÃS E SOMA DE DINHEIRO)

Além disso, ele vê que a relação de valor que contém essa expressão de valor condiciona, por sua vez, que a casa seja qualitativamente equiparada ao divã e que, sem ter tal igualdade de essências, essas coisas sensivelmente distintas não poderiam ser relacionadas entre si como grandezas comensuráveis. ‘A troca’, diz ele, ‘não pode se dar sem a igualdade, mas a igualdade não pode se dar sem a comensurabilidade’ (...). Aqui, porém, ele se detém e abandona a análise subsequente da forma de valor. ‘No entanto, é na verdade impossível (...) que coisas tão distintas sejam comensuráveis’, isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação só pode ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, não passando, portanto, de um ‘artifício para a necessidade prática’.

O próprio Aristóteles nos diz o que impede o desenvolvimento ulterior de sua análise, a saber, a falta do conceito de valor” (p. 135 e 136).

Aristóteles não tem condição de equiparar pelo valor-trabalho existente nas mercadorias, na medida em que a sua sociedade estava baseada no trabalho escravo. Trata-se de uma limitação histórica, em face do modo de produção, Aristóteles não podia ir além. Um ótimo exemplo da aplicação do materialismo histórico-dialético à evolução do pensamento humano.

As formas anteriores vão de uma relação mais simples até uma relação total da sociedade, onde se percebe com mais facilidade a forma de equivalente universal dinheiro – que tem em todas as outras mercadorias sua forma de valor relativa, mas não é forma de valor relativa de nenhuma delas e sim universal equivalente. O ápice da abstração do trabalho igual, que sequer precisa da mercadoria para a troca imediata, podendo fazê-lo pelo dinheiro.

“A FORMA DE VALOR UNIVERSAL, QUE APRESENTA OS PRODUTOS DO TRABALHO COMO MERAS GELEIAS DE TRABALHO HUMANO MOSTRA, POR MEIO DE SUA PRÓPRIA ESTRUTURA,

QUE ELA É A EXPRESSÃO SOCIAL DO MUNDO DAS MERCADORIAS. DESSE MODO, ELA REVELA QUE, NO INTERIOR DESSE MUNDO, O CARÁTER HUMANO UNIVERSAL DO TRABALHO, CONSTITUI SEU CARÁTER ESPECIFICAMENTE SOCIAL” (P. 143).

PASSO FINAL A FORMA-DINHEIRO.

Aparência é a riqueza do capital pelo excesso de mercadorias e pela mercadoria considerada individual. Tudo aparência como se viu.

LER AS PÁGINAS 147 A 148.

Primeiro grande misticismo da mercadoria: Universalidade pela troca do trabalho (trabalho abstrato). Ela esconde os trabalhos concretos e passamos a trabalhar com o trabalho abstrato

FIM COM O PROCESSO DE MISTIFICAÇÃO.

PAPEL DO DIREITO NO PROCESSO DE TROCA E PACHUKANIS.